

Estado do Espírito Santo, com referência no Edital de Abertura nº 02/2013;

CONSIDERANDO a Portaria nº 9.079, publicada no DOE de 27/10/2017, que tornou sem efeito a Portaria nº 8.660, publicada no DOE de 16/10/2017, que nomeou o candidato habilitado em concurso público, para exercer cargo em caráter efetivo, considerando manifestação expressa de desistência da vaga;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, nos termos do inciso I do art. 12 da Lei Complementar Estadual nº 46/1994, o candidato abaixo relacionado, habilitado em concurso público, para provimento de cargo efetivo do quadro administrativo do Ministério Público do Estado do Espírito Santo:

Cargo - 016 Agente Especializado - Função: Analista de Infraestrutura			
Classificação	Nome	Inscrição	Nota Final
8º	FABIO DE PAULA JUNIOR	0113907-0	70,000

Art. 2º Considerando a necessidade do serviço, com fulcro no § 5º do art. 16 da Lei Complementar Estadual nº 46/1994 e a critério da Administração Superior, não será concedida prorrogação de prazo para posse.

Art. 3º A relação de documentos necessários à posse, bem como os procedimentos a serem adotados junto ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo - IPAJM estão disponíveis no link Concursos, no sítio eletrônico do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (www.mpes.mp.br).

Art. 4º O servidor nomeado, ao tomar posse e entrar em exercício, está convocado para participar do treinamento introdutório online disponibilizado no Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA oferecido pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CEAF e deverá concluí-lo no prazo de 15 dias.

Parágrafo único. O CEAF encaminhará por e-mail as instruções de acesso e a data de início do curso.

Vitória, 26 de outubro de 2017

ELDA MÁRCIA MORAES SPEDO
PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 9.081 de 26 de outubro de 2017

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXII do art. 10 da Lei Complementar Estadual nº 95, de 28 de janeiro de 1997,

RESOLVE:

Art. 1º Conferir e delegar ao Gerente da Coordenação de Finanças do Ministério Público do Estado do Espírito Santo a competência para autorizar a liquidação e o pagamento referentes a:

- I - faturas de água e de energia elétrica;
- II - Imposto Predial Territorial Urbano e taxas de coleta de lixo;
- III - taxas municipais decorrentes do exercício do poder de polícia.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Vitória, 26 de outubro de 2017.

ELDA MÁRCIA MORAES SPEDO
PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

Protocolo 353265

Termo de Cooperação Técnica nº 009/2017

Celebrado entre o Ministério Público do Estado do Espírito Santo e o Grupo de Inteligência Municipal - Resumo -

Objeto: Promover ações e iniciativas que contribuam para o fomento do controle sobre políticas e gastos públicos, o incremento da transparência pública, a prevenção e o combate à corrupção.

Vigência: 05 (cinco) anos contar de 04 de outubro de 2017.

Vitória, 04 de outubro de 2017.

Eder Pontes da Silva
Procurador-Geral de Justiça,
em exercício

Termo de Cooperação Técnica nº 001/2017

Celebrado entre o Ministério Público do Estado do Espírito Santo e A Agência Estadual de Recursos Hídricos.

- Resumo -

Objeto: a aproximação dos trabalhos e das diretrizes da Agência Estadual de Recursos Hídricos e do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, almejando a tomada de decisões conjuntas e alinhadas, visando reduzir a sobrecarga de trabalho dos Órgãos Públicos, envolvendo os Comitês de Bacia Hidrográfica e toda a sociedade nas questões hídricas, buscando soluções negociadas e pactuadas, para se ter mais

eficiência na solução das demandas específicas, primeiramente na esfera administrativa, evitando a judicialização dos diferentes casos.

Vigência: Prazo indeterminado a contar da publicação.

Vitória, 11 de outubro de 2017.

Elda Márcia Moraes Spedo
Procuradora-Geral de Justiça
Protocolo 353249

Subprocuradoria Geral de Justiça Administrativa

ATO DO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO: O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no

uso de suas atribuições legais, assinou os seguintes atos:

PORTARIA Nº 9.082 de 26 de outubro de 2017

RESCINDIR, o Termo de Adesão ao Serviço Voluntário do voluntário ALESSANDRA DELATORRE BERNABÉ, a partir de 09/10/2017, conforme Procedimento MP/Nº 2017.0017.1195-01.

Vitória, 26 de outubro de 2017

EDER PONTES DA SILVA
SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO
Protocolo 353267

Coordenação de Recursos Humanos – CREH –

ATO DA SENHORA GERENTE DA COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS:

A GERENTE DA COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS, no uso de suas atribuições legais, assinou os seguintes atos:

PORTARIA Nº 9.031 de 25 de outubro de 2017

CONCEDER férias residuais, por *17 dias, à servidora KATIUSKA JEOVANY PILLO XAVIER SUETH, no período de 08/01/2018 a *24/01/2018, referente ao período aquisitivo de 23/01/2016 a 22/01/2017, conforme Procedimento MP/Nº 2017.0029.9181-25.

Vitória, 25 de outubro de 2017

ARILDA MARA FERREIRA ROCHA MENDES
GERENTE DA COORDENAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
***Republicada com alteração**

PORTARIA Nº 9.083 de 26 de outubro de 2017

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 9.016, publicada no Diário Oficial do dia 26/10/2017, que concedeu licença para tratamento de saúde, por 15 dias, à servidora CAMILA PERIM NOVAIS DE SOUZA, a partir de 27/09/2017, na forma do art. 129 c/c o art. 109, da Lei Complementar nº 46/94 de 31/01/94.

PORTARIA Nº 9.084 de 26 de outubro de 2017

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 8.880, publicada no Diário Oficial do dia 23/10/2017, que concedeu licença para tratamento de saúde à servidora CAMILA LENHAUS DETONI, no dia 16/10/2017, na forma do art. 129, da Lei Complementar nº 46/94 de 31/01/94.

PORTARIA Nº 9.085 de 26 de outubro de 2017

CONCEDER licença paternidade, por 20 dias, ao servidor CARLOS HENRIQUE CERQUEIRA DE ALMEIDA, a partir de 04/10/2017, na forma do art. 151, da Lei Complementar nº 46/94 de 31/01/94, c/c a Portaria nº 9.139/2016, publicado no Diário Oficial de 23/11/2016, conforme Procedimento MP/Nº 2017.0028.8716-06.

PORTARIA Nº 9.086 de 26 de outubro de 2017

CONCEDER licença para tratamento de saúde em pessoa da família, por 03 dias, à servidora EDAELES APARECIDA LOPES MOREIRA TRISTÃO, a partir de 20/09/2017, na forma do artigo 142, da Lei Complementar nº 46/94, conforme Procedimento MP/Nº 2017.0030.1625-18.

PORTARIA Nº 9.087 de 26 de outubro de 2017

CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora LAURA BANDEIRA DETORI, no dia 06/10/2017, na forma do art. 129, da Lei Complementar nº 46/94 de 31/01/94, conforme Procedimento MP/Nº 2017.0030.2215-65.

PORTARIA Nº 9.088 de 26 de outubro de 2017

CONCEDER licença para tratamento de saúde, por 04 dias, ao servidor LEONARDO COIMBRA COELHO DE ALMEIDA, a partir de 17/10/2017, na forma do art. 129, da Lei Complementar nº 46/94 de 31/01/94, conforme Procedimento MP/Nº 2017.0030.1603-29.

PORTARIA Nº 9.089 de 26 de outubro de 2017

CONCEDER licença para tratamento de saúde ao servidor MÁRCIO BRANDÃO PINTO, no dia 23/10/2017, na forma do art. 129, da Lei Complementar nº 46/94 de 31/01/94, conforme Procedimento MP/Nº 2017.0030.2249-12.

PORTARIA Nº 9.090 de 26 de outubro de 2017

CONCEDER licença para tratamento de saúde à servidora RAÍSA OLIVEIRA